

CONTRATO - CONTRATO Nº 26/2022/PGJ

CONTRATO Nº 26/2022/PGJ

TERMO DE CONTRATO Nº 26/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, E A EMPRESA REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0012481/2022-62.

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89, representado neste ato pelo Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Dr. Hugo de Sousa Cardoso, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993, e art. 1º, IX, do Ato PGJ-PI Nº 1079/2021.

CONTRATADO: EMPRESA REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 65.149.197/0002-51, estabelecido na Rodovia ES-010, nº 4255 A, Sala 05, Chácara 274A, Bairro Jardim Limoeiro, Serra/ES, CEP: 29.164-140., representado pelo sócio administrador, Sr. Leandro Figueiredo de Castro, portador do CPF (MF) nº ***.371.746-**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por instrumento da empresa.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0428.0012481/2022-62, no Pregão Eletrônico nº 08/2022 (Ata de Registro de Preços nº 05/2022), obedecendo ao disposto na Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de toner para impressoras do MP-PI, mediante quantidades e especificações contidas no Termo de Referência (anexo I) e anexo I deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2022:

- Unidade Orçamentária: 25101
- Função: 03
- Programa: 13
- Atividade: 2000

- Fonte do Tesouro: 100
- Natureza da Despesa: 3.3.90.30
- Nota de Empenho: 2022NE00526

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1.O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 56.499,75 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1.O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura e encerramento na mesma data do ano seguinte ao da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, tendo eficácia após a publicação do extrato do ato no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei supra.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

5.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1 Para cada solicitação, o prazo de entrega do objeto será de no máximo 20(vinte) dias úteis, contados da entrega da Ordem de fornecimento e/ou requisição da Divisão de Material de Consumo (almoxarifado), considerando o disposto no item 3.4;

5.1.2 A ordem de fornecimento ou contrato, também poderão estabelecer uma programação de entrega parcelada do objeto, considerando o disposto no item 3.4;

5.1.3 Após a comunicação ao fornecedor de emissão da Ordem de Fornecimento ou contrato o mesmo terá que retirar e/ou assinar no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

5.1.4 A cópia da ordem de fornecimento, do contrato e da nota de empenho também poderão ser enviadas para o e-mail do fornecedor ou seu representante indicado no certame, sendo que a data de envio dos arquivos será a data de início do prazo de entrega;

5.1.5 Para a ocorrência do item 5.1.4, o fornecedor deverá imprimir 02 (duas) vias do Contrato e da ordem de fornecimento, as quais deverão ser rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal, e após encaminhada ao Ministério Público do Estado do Piauí (Coordenadoria de Licitações e Contratos), Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP: 64.000-060, ou assinar digitalmente através de certificado digital e devolver via e-mail, ou assinatura via SEI (Sistema de Eletrônico de Informações) do MPPI, ou o que for disponibilizado;

5.1.6 As Ordens de fornecimento e requisições de entrega, contendo os respectivos materiais e quantidades para entrega, serão enviadas pelo fiscal do contrato ou servidores lotados na Coordenadoria de Apoio Administrativo e suas Divisões.

5.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE RETIRADA E ENTREGA

5.2.1. O material deverá ser entregue na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Divisão de Material de Consumo, localizada na rua Lindolfo Monteiro, 911, centro, CEP: 64049-440, bairro Fátima, Teresina-PI, no horário das 8:00h às 12:00h;

5.3. DO RECEBIMENTO

5.3.1 Observado o prazo de entrega e obrigações, o fornecedor fará a entrega do produto no local, oportunidade em que receberá documento ou atesto na própria Nota Fiscal, declarando a entrega que, nos termos da Lei 8.666/93, artigo 73, será considerado título de recebimento provisório;

5.3.2 Imediatamente após o recebimento do objeto em caráter definitivo, que deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, com a conferência física, quantitativa e qualitativa dos objetos conforme nota de empenho e nota fiscal, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento.

5.3.3 O aceite/aprovação do material pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do contratado por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.4. DA GARANTIA

5.4.1 O prazo de validade e garantia dos materiais, contra defeitos de fabricação e/ou vícios (quando não especificado nas tabelas dos Lotes), deverá ser de, NO MÍNIMO, 06 (seis) meses a contar da data do recebimento definitivo;

5.4.2 Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir ou reparar o objeto que apresentar indícios de irregularidades, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis a contar da comunicação escrita da autoridade competente, sem acarretar ônus para a Contratante;

5.4.3 A empresa ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado pelo servidor ou equipe responsável pelo recebimento, sem qualquer ônus da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1 DA CONTRATADA

6.1.1. Entregar o material dentro das especificações contidas neste Termo de Referência, e havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que o material entregue apresente características diferentes das contidas no Termo, o material fornecido deverá ser substituído, pelo Fornecedor, no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis a contar da notificação escrita por parte do MP-PI;

6.1.2. Fornecer produtos novos, rigorosamente em conformidade com todas as especificações estipuladas, e com validade e garantia mínima legal, a contar do recebimento definitivo;

6.1.3. Garantir a qualidade dos produtos entregues independentemente da garantia ofertada pelo fabricante;

6.1.4. Entregar os materiais acompanhados das respectivas notas fiscais constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, conforme Termo de Referência;

6.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens;

6.1.6. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observando o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

6.1.7. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao MPE/PI a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

6.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, bem como pelos impostos, taxas, seguros e valor do frete, dentre outros encargos resultantes da execução do contrato;

6.1.9. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos materiais;

6.1.10. Informar à Administração, por escrito, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do ajuste;

6.1.11. Comunicar à Administração, por escrito, no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito da qualidade dos produtos;

6.1.13. Observar rigorosamente as especificações, normas e instruções da Ordem de Fornecimento e da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6.1.14. Entregar, nos prazos estabelecidos, documentos e informações que estejam definidos ou que vierem a ser solicitados pela Contratante;

6.1.15. Assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes dos objetos fornecidos;

6.1.16. Veda-se ao Contratado:

6.1.16.1. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo mediante prévia e expressa autorização do contratante.

6.1.16.2. Veicular publicidade acerca do objeto avençado, salvo prévia autorização do Contratante;

6.1.16.3. A subcontratação para execução do objeto contratado;

6.1.16.4. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do MPE/PI durante o período de fornecimento.

6.2. DA CONTRATANTE

- 6.2.1. Efetuar o registro do licitante vencedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 6.2.2. Emitir a respectiva Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento para correta contratação do fornecedor registrado;
- 6.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo contratado, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- 6.2.4. Efetuar o recebimento do material, verificando se está em conformidade com o solicitado, incluindo-se inspeção em travas, lacres, selos e outros elementos que garantam a inviolabilidade/integridade dos produtos;
- 6.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as especificações do Termo;
- 6.2.6. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quando da inspeção do material, qualquer irregularidade verificada;
- 6.2.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- 6.2.8. Efetuar o pagamento devido, nos termos do edital, quando os objetos fornecidos estiverem em plena conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 6.2.9. Fiscalizar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Piauí e será descredenciada do Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços para a Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí (CADUF), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a CONTRATADA que:

- 8.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 8.1.2. Fraudar a execução do contrato;
- 8.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4. Cometer fraude fiscal; ou
- 8.1.5. Fizer declaração falsa.
- 8.1.6. Não retirar a nota de empenho, não assinar o Contrato, nos prazos estabelecidos.
- 8.1.7. Deixar de entregar a documentação exigida no certame.
- 8.1.8. Não manter a proposta.

8.2. Para os fins do item 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993. Também será considerado comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato e ou ARP ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “8.5”, “8.7”, “8.8” e “8.10” abaixo, com as seguintes penalidades:

- 8.3.1. Advertência;
- 8.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 8.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
- 8.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no CADUF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

8.4. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos

para a Contratante;

8.5. As multas serão aplicadas nas seguintes graduações:

8.5.1 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

8.5.2 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.6. No caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

8.7. Considera-se inexecução total, entre outros, o atraso injustificado no prazo de entrega/prestação superior a 15 (quinze) dias.

8.8. O descumprimento de obrigações contratuais acessórias, a exemplo da garantia do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de até 3% (três por cento) do valor empenhado.

8.9. As multas decorrentes de retardamento na execução do objeto poderão ser aplicadas juntamente às multas por inexecução parcial ou total do objeto, às multas por descumprimento de obrigação contratual e às multas por descumprimento das obrigações acessórias.

8.10. O valor da multa e/ou dos prejuízos causados à Contratante poderão ser descontados das notas fiscais/faturas devidas à CONTRATADA ou da garantia eventualmente prestada, até decisão final do processo administrativo.

8.10.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

8.10.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.11. Em caráter excepcional, como medida de cautela, o Contratante poderá reter o valor presumido da multa, antes da instauração do procedimento administrativo.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. A Coordenadoria de Apoio Administrativo indicará servidor responsável pela fiscalização do contrato, nos moldes do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e do Ato PGJ nº 462/2013. Oportunamente, o Procurador-Geral de Justiça ficará encarregado da designação do fiscal para o exercício das atribuições que lhe são inerentes durante o prazo de vigência do contrato;

9.2. Caberá ao fiscal do contrato:

9.2.1. Fiscalizar a execução dos serviços, objetivando garantir a qualidade desejada;

9.2.2. Acompanhar o recebimento dos produtos, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos materiais contratados;

9.2.3. Atestar e encaminhar notas fiscais ao setor competente para autorizar pagamentos.

9.2.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento a favor da CONTRATADA será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica estabelecida no artigo 5º da Lei nº 8.666/93. Para os fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, à previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, mantendo-se as mesmas condições de habilitação do Termo de Referência, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

11.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados pro rata die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

11.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

11.5. A Procuradoria Geral de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

11.6. O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela contratada cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento, e nos termos da lei, será debitado do valor devido ao MP/PI, referente aos serviços prestados, os valores relativos aos tributos e contribuições sociais.

11.7. O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

11.8. A Administração poderá descontar do valor do pagamento que o fornecedor tiver a receber, importâncias que lhe sejam devidas, por força da aplicação das multas previstas no item seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7.O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

15.1 Os débitos da CONTRATADA para com o MP/PI, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. Em razão das situações econômica e social surgidas com a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), e do risco da ocorrência de outras situações estranhas à vontade das partes, ou imprevisíveis, que gerem reflexos no orçamento estadual, a Contratante poderá adotar medidas para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando ao contingenciamento de gastos, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- a) alteração das cláusulas econômico-financeira e monetária com a concordância do contratado (art. 58, § 1º, da Lei nº 8.666/93);
- b) redução do objeto contratual (art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666/93);
- c) revisão (art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO

18.1. Fica eleito o foro de Teresina-PI, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
Dr. Hugo de Sousa Cardoso
Subprocurador de Justiça Institucional

REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA
REPRESENTANTE: Sr. Leandro Figueiredo de Castro,
CPF (MF) nº ***.371.746-**

ANEXO I

EMPRESA VENCEDORA: REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ: 65.149.197/0002-51
ENDEREÇO: RODOVIA ES-010, N.º 4255 A, SALA 05, CHÁCARA 274A, BAIRRO JARDIM LIMOEIRO CEP: 29.164-140 - SERRA/ES
REPRESENTANTE: LEANDRO FIGUEIREDO DE CASTRO, CPF:*.371.746-****
FONE: (31) 3047-4990
E-MAIL: repremig@repremig.com.br; leandro@repremig.com.br

LOTE II

1ª AQUISIÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. REG.	VALOR UNITÁRIO	P.G.A.-12481/2022-62	VALOR TOTAL
1	Toner hp laser jet pro mfp m428 fdw, tipo cartucho: original, cor: preta, referência cartucho 3: cf258a toner hp cf258a 58a m428fdw m404dw m428dw m404n original 3k compatível com im- pressora: hp laser jet pro mfp m428 fdw. (impressora em garantia). Os toners devem ser do mesmo fabricante do equipamento o homologa- do pelo fabricante do equipamento. MARCA/FABRICANTE: HP/HP REFERÊNCIA: CF258A	Und.	150	R\$ 753,33	75	56.499,75
VALOR TOTAL: R\$ 56.499,75 (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos)						56.499,75

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Dr. Hugo de Sousa Cardoso
Subprocurador de Justiça Institucional

REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA

REPRESENTANTE: Sr. Leandro Figueiredo de Castro,
CPF (MF) nº ***.371.746-**



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 09/06/2022, às 19:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO FIGUEIREDO DE CASTRO**,
Usuário Externo, em 10/06/2022, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://seimppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0253313** e o código CRC **1C4D574F**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1919/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0327.0016347/2022-15:

R E S O L V E

DESIGNAR servidor para atuação em Plantão Ministerial na forma especificada na tabela abaixo:

ESCALA DE SERVIDORES PLANTÃO MINISTERIAL DE JUNHO/2022

(Audiência de Custódia)

FLORIANO/PI

DIA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	SERVIDOR
26	Promotoria de Justiça de Manoel Emídio-PI	ANDREONNY ALVES MESSIAS

*Substituição de Servidor

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1920/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0428.0014210/2022-36,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **Felipe Arllem Rezende**, matrícula nº 20026, para fiscalizar a execução do contrato firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa **MARCOS A ARRUDA DE FIGUEIREDO - ME**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 09.491.099/0001-46 (CONTRATO Nº 24/2022/PGJ - PGA nº 19.21.0428.0014210/2022-36), cujo objeto é a aquisição de material de limpeza, higiene e copa para o MP-PI.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1921/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0256.0016283/2022-92:

R E S O L V E

DESIGNAR servidor para atuação em Plantão Ministerial na forma especificada na tabela abaixo:

ESCALA DE SERVIDORES PLANTÃO MINISTERIAL DE JUNHO/2022

(Audiência de Custódia)

PICOS/PI

DIA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	SERVIDOR
12	6ª Promotoria de Justiça de Picos-PI	MARIANE SANTOS MUNIZ

*Substituição de Servidor

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1922/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0014.0016245/2022-92,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **FARUK MORAIS ARAGÃO**, matrícula nº 125, para realizar vistoria em lixão no Município de Floriano, no dia 10 de junho de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1923/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 835/2018, alterado pelo Ato PGJ nº 1062/2021,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **MAURÍCIO VERDEJO GONÇALVES JÚNIOR**, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Picos, para atuar na audiência de instrução e julgamento referente ao processo nº 0836698-30.2021.8.18.0140, junto ao juízo da 4ª Vara Criminal de Teresina, pautada para o dia 10 de junho de 2022, às 09 horas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Teresina (PI), 10 de junho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 1924/2022

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 835/2018,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **GLÉCIO PAULINO SETÚBAL DA CUNHA E SILVA**, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Barras, para atuar nas audiências referentes aos Processos de nº 0000842-89.2017.818.0039, 0800212-58.2021.818.0039 e 0000432-84.2019.818.0128, de atribuição da 1ª Promotoria de Justiça de Barras, no dia 13 de junho de 2022, em substituição ao titular.

2. **REMESSA** desta portaria ao Conselho Superior do Ministério Público, ao Cartório Eleitoral da 10ª Zona Eleitoral, e à Procuradoria Regional Eleitoral Do Piauí, para conhecimento;
 3. **REMESSA** desta portaria, por meio eletrônico, à Secretaria-Geral do Ministério Público (e-mail publicações), para a devida divulgação na imprensa oficial, propiciando a publicação e registro desta Portaria no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral de Justiça;
 4. **NOTIFIQUE-SE** todos os contatos dos partidos políticos da 10ª Zona Eleitoral sobre a instauração desde procedimento, bem como da reunião agendada para o **dia 24 de junho de 2022, às 9h**, no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Picos;
 5. **COMUNIQUE-SE** o Magistrado que atua na 10ª ZE, sobre a instauração e sobre a reunião.
- Após autuação, registro e cumpridas as diligências, retornem os autos conclusos para as demais providências.

Cumpra-se.

Picos-PI, 10 de junho de 2022

ROMANA LEITE VIEIRA

Promotora Eleitoral

3. CONTROLADORIA INTERNA

3.1. EXTRATOS DE DECISÕES

Extrato de Decisão

Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0316.0015372/2022-24

Requerente: Rayssa Fernandes Lima

Requerido: Procuradoria-Geral de Justiça

Assunto: Solicitação de Diárias

Defiro, nos termos do ATO PGJ Nº 414/2013, em consonância com os pareceres da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças sob nº 278/2022 (Sei nº 0248732) e da Controladoria Interna sob nº 376/2022 (Sei nº 0250265), o pagamento de 1/2 (meia) diária, em favor da servidora RAYSSA FERNANDES LIMA, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15.629, devido a seu deslocamento de Castelo do Piauí - PI a São João da Serra - PI, no dia 26/05/2022, para acompanhamento da execução do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PROAJA), no referido município, conforme designado em Portaria PGJ/PI nº 1469/2022 (Sei nº 0248474).

Teresina-PI, 08 junho de 2022

Hugo de Sousa Cardoso

Subprocurador de Justiça Institucional

4. LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.1. EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2022/PGJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2022/PGJ

a) Espécie: contrato Nº **26/2022/PGJ**, firmado em 10 de junho de 2022, entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa REPREMIG - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 65.149.197/0002-5;

b) Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de toner para impressoras doMP-PI, mediante quantidades e especificações contidas no Termo de Referência (anexo I) e anexo I do contrato.

c) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04;

d) Procedimento de Gestão Administrativa: nº. **19.21.0428.0012481/2022-62** -SEI;

e) Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 08/2022 (Ata de Registro de Preços nº 05/2022;

f) Vigência: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura e encerramento na mesma data do ano seguinte ao da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, tendo eficácia após a publicação do extrato do ato no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei supra.

g) Valor: O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 56.499,75 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos). No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

h) Cobertura orçamentária: Unidade Orçamentária: 25101 Projeto/Atividade: 2000, Fonte de Recursos: 100; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Nota de Empenho: 2022NE00526;

i) Signatários: pela contratada, Sr. Leandro Figueiredo de Castro, CPF (MF)***.371.746-** e contratante, Dr. Hugo de Sousa Cardoso, Subprocurador de Justiça Institucional

ANEXO I

EMPRESA VENCEDORA: REPREMIG - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS

GERAIS LTDA, CNPJ: 65.149.197/0002-51

ENDEREÇO: RODOVIA ES-010, N.º 4255 A, SALA 05, CHÁCARA 274A, BAIRRO

JARDIM LIMOEIRO CEP: 29.164-140 - SERRAS

REPRESENTANTE: LEANDRO FIGUEIREDO DE CASTRO, CPF:*.371.746-****

PHONE: (31) 3047-4990

E-MAIL: repremig@repremig.com.br; leandro@repremig.com.br

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Q T D E . REG.	VALOR UNITÁRIO	1 ^a AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL
					P. G. A. - 12481/2022-62	
1	Toner hp laser jet	Und.	150	R\$ 753,33	75	56.499,75

pro mfp m428 fdw, t i p o cartucho: original, cor: preta, referência cartucho 3: cf258a toner hp c f 2 5 8 a 58a m428fdw m404dw m428dw m404n original 3k compatível l com im- pressora: hp laser jet pro mfp m428 f d w . (impresso ra em garantia). Os t o n e r s d e v e m s e r d o m e s m o f a b r i c a n t e d o e q u i p a m e n t o o h o m o l o g a - d o p e l o f a b r i c a n t e d o e q u i p a m e n t o . M A R C A / F A B R I C A N T E : H P / H P R E F E R Ê N C I A : C F 2 5 8 A										
VALOR TOTAL: R\$ 56.499,75 (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos)										56.499,75

Teresina, 10 de junho de 2022.

4.2. DESPACHO

DESPACHO

Assunto: **Procedimento de Gestão Administrativa nº. 19.21.0016.0001914/2022-66. Pregão Eletrônico nº. 12/2022.** Registro de preço para eventual fornecimento de solução tecnológica de segurança corporativa na modalidade SAAS, baseada em coleta e integração de dados, com ênfase no monitoramento de infraestrutura do MPPI, incluindo sistema de análise *out inde* segurança 24x7x365 para aplicações web, serviços de coleta de informações relevantes fora do escopo, detecção de ataques e varreduras, identificação de falhas de segurança ou de ativos informacionais comprometidos, buscando minimizar vulnerabilidades, nas quantidades e com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital). **Desprovemento do recurso. Manutenção da decisão da Pregoeira que inabilitou a empresa B2B SOLUÇÕES SEGMENTADAS (ADRIANY R RODRIGUES) e declarou a empresa HARPIA TECNOLOGIA EIRELI como a vencedora da licitação.**

1. Considerando recurso administrativo interposto pela licitante B2B SOLUÇÕES SEGMENTADAS (ADRIANY R RODRIGUES), CNPJ Nº 30.139.983/0001-02 (SEI nº 0245397 e 0245398), e as contrarrazões da empresa HARPIA TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ Nº 34.460.760/0001-01 (SEI nº 0245399).

2. Considerando que, em suas razões recursais (SEI nº 0245397 e 0245398), a Recorrente contesta a decisão da Pregoeira que a inabilitou e declarou como vencedora a Recorrida, tendo em vista que aquela empresa não cumpriu a exigência prevista no item 11.10.2 do edital, necessária para qualificação econômico-financeira, bem como não atendeu aos requisitos para a qualificação técnica, conforme itens 11.11.1 e 11.11.2.

3. Considerando que, do cotejo dos autos, a Recorrente não apresentou a qualificação técnica necessária para executar o objeto contratual, tampouco o balanço patrimonial exigido na qualificação econômico-financeira, tendo-se, assim, por acertada sua inabilitação e consequente vitória da Recorrida no certame.

4. Considerando Parecer Jurídico nº 72/2022 (SEI nº 0254483) com manifestação pelo desprovemento do apelo administrativo.

5. Decido, pelos motivos arguidos acima e com fulcro no art. 12, V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, bem como do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002; e, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO ADMINISTRATIVO EM EPIGRAFE, COM MANUTENÇÃO DA DECISÃO DA PREGOEIRA QUE DECLAROU VENCEDORA A**



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-008758/22

nº contrato

26/2022

nº processo administrativo

19.21.0428.0012481/2022-62

procedimento origem

Licitação

objeto

Contratação de empresa especializada para fornecimento de toner para impressoras do?MP-PI.

nome do contratado

**REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS
LTDA.**

cpf/cnpj

65.149.197/0002-51

data da assinatura

10/06/2022

valor contratado

R\$56.499,75

data do cadastro

15/06/2022

data últ. alteração

15/06/2022

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 01 REFERENTE AO CONTRATO Nº
26/2022/PGJ, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
FORNECIMENTO DE TONER PARA IMPRESSORAS DO MP-PI, PROCEDIMENTO DE
GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0012481/2022-62.**

CONTRATANTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,
CNPJ: 05.805.924/0001-89

CONTRATADO: REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA,
CNPJ: 65.149.197/0002-51.

Nesta data, foi lavrado o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao CONTRATO Nº 26/2022/PGJ, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER PARA IMPRESSORAS DO MP-PI, PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0012481/2022-62, para correção do número do lote do ANEXO I:

1 - Objeto: A presente apostila refere-se à correção do número do lote do ANEXO I: **onde se lê “LOTE II”, leia-se: “LOTE 4”.**

2 - Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato inicialmente celebrado.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 20/06/2022, às 09:00, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0258102 e o código CRC **D65A7B03**.

saber se podem obter lucro. **E o lucro não se mede sem a definição dos custos, tema que é objeto de estudo das Ciências Contábeis** (na matéria Contabilidade de Custos).

Deve-se frisar que **nenhuma empresa consegue sobreviver praticando preços abaixo dos custos de fabricação e comercialização**, salvo em circunstâncias excepcionais e por pequenos períodos de tempo, desde que previamente planejado. (Lima, Rodrigo Otávio das Chagas. / Processos de formação de preços. / Rodrigo Otávio das Chagas Lima. - Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009. P. 12) (grifo nosso)

Não é raro que fornecedores menores fixem seus preços com base no mercado, sem uma noção adequada de seus custos. Contudo, quando a decisão de **fixação de preços** é feita por critérios contábeis, se consideram **fatores internos e externos à organização**. O principal fator **interno** é o custo. Pelo critério da variabilidade de produção, os **custos podem ser fixos ou variáveis**.

As empresas utilizam a gestão de custos como uma estratégia para gerar uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes. Se essas empresas conseguirem manter baixos os seus custos, elas poderão estabelecer preços mais baixos ainda se comparados com os de seus concorrentes, resultando em um volume maior de venda e retorno sobre o investimento.

Praticamente as empresas têm dois tipos de custos, os custos fixos ou indiretos e os custos variáveis ou diretos.

Oscustos fixos (também conhecido como *custos indiretos*) são aqueles que não se alteram em função da quantidade produzida, ou vendida, por exemplo. São os custos necessários para manter a empresa em funcionamento, independentemente da quantidade que se produziu ou vendeu, tais como: **aluguel, salário, encargos sociais, IPTU** etc. Já os **custos variáveis** (também conhecidos como *custos diretos*) irão variar de acordo com a produção, isto é, irão se alterar conforme o nível de unidades produzidas, por exemplo, a **matéria prima**, mão de obra direta etc. Somando os custos fixos com os custos variáveis têm-se os **custos totais** para qualquer nível e produção, e dividindo-os pelo montante produzido encontra o **custo unitário** do produto (Lima, Rodrigo Otávio das Chagas. / Processos de formação de preços. / Rodrigo Otávio das Chagas Lima. - Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009. P. 26) (grifo nosso)

Quanto aos **fatores externos**, pode-se mencionar a influência dos preços praticados pela **concorrência, o posicionamento do produto** no mercado (se se propõe a ser produto focado de baixo custo, custo-benefício ou alta qualidade), a **percepção do consumidor** em relação aos produtos (ex. um produto que represente *status* poderá ser vendido mais caro), **impostos**, taxas de juros, etc.

Mas ainda é necessário citar outro conceito essencial. **Margem** de contribuição unitária (daqui em diante denominada margem) nada mais é que o preço e venda menos o custo variável do produto.

Margem = preço de venda - custo variável

Um exemplo simples: uma hamburgueria que gasta R\$10 com ingredientes para fazer um hambúrguer (custo variável) e o vende por R\$25 tem margem de R\$15. Esses R\$15 serão multiplicados pelos hambúrgueres vendidos, valor este que será utilizado para pagar os custos fixos (água, energia, salários de empregados, etc.). Uma vez que a soma das margens dos produtos vendidos se iguale aos custos fixos, tem-se o **ponto de equilíbrio**, momento a partir do qual a margem gerada pela venda de cada produto passa a contabilizar lucro. O lucro, a curto prazo, gera dividendos para os empresários. A médio e longo prazo, constituem reservas para emergências ou investimentos.

CADEIA DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS⁴

1 Art. 4º do CDC: A **Política Nacional das Relações de Consumo** tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a **proteção de seus interesses econômicos**, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a **transparência** e harmonia das **relações de consumo**, atendidos os seguintes princípios: IV - educação e **informação de fornecedores e consumidores**, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à **melhoria do mercado** de consumo.

2 Art. 5º da Lei Estadual nº 36/04: Ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Piauí - **PROCON/MP-PI**, no âmbito do Estado do Piauí, compete exercer as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997: I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a **Política Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor**, observadas as regras previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro 1990, no Decreto Federal 2.181, de 20 de março de 1997.

3 Normas infraconstitucionais, a exemplo do Art. 421 do Código Civil, bem como do Art. 3º, III, da Lei nº 13.784/2019 (Declaração dos Direitos de Liberdade Econômica), reforçam esse entendimento.

4Departamento de Estudos Econômicos (DEE) - Cade. (Maio/2022). *Cadernos do Cade: Mercados de Distribuição e Varejo de Combustíveis Líquidos*. Brasília/DF.

4. LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.1. APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 01 REFERENTE AO CONTRATO Nº 26/2022/PGJ,REFERENTE ÀCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DETONER PARA IMPRESSORAS DOMP-PI, PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0012481/2022-62.

CONTRATANTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ:05.805.924/0001-89

CONTRATADO:REPREMIG - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ: 65.149.197/0002-51.

Nesta data, foi lavrado o presenteTERMO DE APOSTILAMENTO ao CONTRATO Nº 26/2022/PGJ,REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DETONER PARA IMPRESSORAS DOMP-PI, PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0428.0012481/2022-62, para correção do número do lote do ANEXO I:

1 - Objeto: A presente apostila refere-se à correção do número do lote do ANEXO I:**onde se lê"LOTE II",leia-se:"LOTE 4"**.

2-Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato inicialmente celebrado.

Teresina, 20 de junho de 2022.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

4.2. DESPACHO

DESPACHO

Assunto:**Procedimento de Gestão Administrativa nº19.21.0722.0004296/2022-46.Contrato Administrativo nº 70/2021 firmado entre o Estado do Piauí, por intermédio daProcuradoria-Geral de Justiça, e a CronoComércio eDistribuiçãoEireli, CNPJ nº 22.003.386/0001-28. Aplicação da penalidade de multa em razão de descumprimento de cláusula contratual.**

1. **Considerando**as informações elencadas nos autos do presente procedimento de gestão administrativa, bem como no relatório contendo a proposta de decisão (SEI nº 0254309).

2. **Considerando**o dever-poder da Administração Pública de uma vez praticadas pelo contratado condutas tipificadas como infrações contratuais, proceder à aplicação de penalidades, desde que observado o devido processo legal e igualmente os cânones do contraditório e da ampla defesa.

3. **Considerando**a inegável ocorrência de descumprimento contratual da avença por parte da Contratada em epígrafe, conforme atestado por parte do responsável pela fiscalização (SEI nº 0187629), bem como pela Assessoria de Gestão de Contratos, unidade processante (SEI nº



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Incidente Cadastrado

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-008758/22

nº contrato

26/2022

nº processo administrativo

19.21.0428.0012481/2022-62

tipo do incidente

Apostilamento

data da assinatura

20/06/2022

data do cadastro

20/06/2022

últ alteração

20/06/2022

Eventos do(a) Apostilamento

Evento	Descrição
Outro	A presente apostila refere-se à correção do número do lote do ANEXO I: onde se lê "LOTE II", leia-se: "LOTE 4".